

# NOVA FACE DO CONFLITO PELA POSSE DA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTRATÉGIA DE CLASSE ENTRE LATIFÚNDIO E CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO.

Antonio Thomaz Jr.<sup>1</sup>

thomazjr@gmail.com

**Resumo:** O texto faz uma reflexão sobre o conflito em torno da posse e da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, agora, aguçado pelo processo de expansão da agroindústria canavieira. Se há mais de dois séculos esta região sofre seguidos processos de pilhagem, jogadas e manobras de todo tipo para regularizar essas terras, atualmente, o capital agroindustrial canavieiro se apresenta como o *salvador* dos problemas do pontal, posto que as pastagens degradadas do Oeste de São Paulo estariam sendo substituídas pelas práticas mais modernas e tecnicamente mais recomendáveis para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, inclusive, servindo agora como pretexto para a legitimação das áreas historicamente disputadas.

**Palavras chave:** Pontal do Paranapanema. Luta pela terra. Agroindústria canavieira.

**Abstract:** This article focuses the conflict around the ownership and of the fight for the land in the Pontal of the Paranapanema, now, pointed by the process of expanding the agroindustry (sugar/etanol). If it has more than two centuries this region suffers followed processes from looting, plays and maneuvers of all type to regularize these lands, currently the *agroindustrial* capital if it presents as the rescuer of the problems of the Pontal, because the degraded pastures of the West of São Paulo, would be being substituted for more modern practices and technical most recommendable for the economic, social and ambiental development, also, serving as excuse for the legitimation of these areas historically disputed.

**Keywords:** Pontal do Paranapanema. Fight for the land. Agroindustry (sugar/etanol).

---

<sup>1</sup> Pesquisador PQ/CNPq. Coordenador do CEGeT. FCT/Unesp/Presidente Prudente.

Esse texto comparece em cena para possibilitar a reflexão sobre o conflito em torno da posse e da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, no século XXI, aguçado pelo processo de expansão da agroindústria canavieira.

Os conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema considerando-se o recorte territorial adotado pela Unipontal (32 municípios) – que inclui os EDRs de Presidente Prudente e de Presidente Venceslau, mais o município de João Ramalho, estão sendo intensificados e renovados quanto aos métodos, com a manutenção do latifúndio improdutivo que ainda se mantém à base de 450 mil hectares de terras com pendências jurídicas (declaradamente devolutas, parcialmente regularizadas etc.).

Se no século XXI essa configuração espacial passa por mudanças e novas formas de exploração da terra com a expansão da cana-de-açúcar, o eixo centrado no conflito pela posse da terra e o território em disputa do Pontal do Paranapanema mantém-se como um tema vivo, diferentemente do que demonstram os adeptos dos projetos desenvolvimentistas que no Pontal basta investimentos públicos e a resolução jurídica dos impasses fundiários, para se alcançar o desenvolvimento social e econômico pleno. Ainda mais agora com a tramitação do Projeto de Lei 578, de 2007 que propõe regularizar todas as terras com

pendências jurídicas acima de 500 hectares, que na verdade completa o ciclo da "lambança" da regularização, iniciada com a lei 11.600 de 2003, assinada pelo governador Geraldo Alkmin, que regularizou as terras até 500 ha. Essa atitude do governador Serra quebra, de certa forma, a "resistência" dos governadores anteriores que de alguma maneira, diante dos escândalos do passado, em torno das terras do Pontal do Paranapanema, resistiam em regularizar as terras griladas sem antes requerer a posse delas junto à justiça.

Dessa forma submerge mais uma vez a democratização do acesso às terras públicas, griladas e se desconsidera as conquistas dos movimentos sociais que desde meados dos anos 1990, em especial a partir de julho de 1990, com a entrada em cena do MST na região, se constrói um processo de enfrentamento e de conquistas de assentamentos, pela via das ocupações de terras. Mesmo que esse processo se efetive por meio da desapropriação de fazendas, vinculado a tramitações jurídicas demoradas, portanto não como dispositivo vinculado à reforma agrária e da Constituição Federal, é o que tem viabilizado a presença de 108 assentamentos que se territorializam em 15 municípios e aglutinam aproximadamente 146.000 hectares e 6425 famílias.

Se nos basearmos nos mais de 50 acampamentos existentes, sendo que

metade com mais de 3 anos de existência, que reúne na beira das estradas do Pontal do Paranapanema aproximadamente 4.000 famílias de sem-terras que estão à espera dos impasses jurídicos e políticos que aguardam licenciamento ambiental e outras providências, reunindo um total de 5.800 hectares e poderia beneficiar o acesso a terra de mais de 180 famílias. O restante das famílias aguarda nos barracos, constantemente vitimados por perseguições, ataques de jagunços armados a mando dos grileiros, acusação de roubo, com o agravante da total ausência de política pública para acesso a terra, a começar pela inexistência da reforma agrária, tampouco cenários que mantenham a limitada política de assentamentos via desapropriação ou compra de terras.

O princípio constitucional da função social da propriedade da terra é descumprido, o passivo social acumulado em mais de dois séculos de pilhagem das comunidades indígenas, desmatamento desenfreado e criminoso, que viabilizou a ocupação do espaço via processo de colonização conturbado e extremamente violento e que dá fundamento aos pilares históricos que sustentam a perversa concentração fundiária e exclusão social vigente no Pontal do Paranapanema. Se fôssemos indagar quem vem primeiro, se os *grilos* ou os *grileiros*, nos perderíamos, mas ao juntarmos as peças no *tabuleiro* vemos que o que denominamos de Pontal

do Paranapanema, se compõe da fazenda Pirapó – Santo Anastácio e a gleba Montalvão, também denominada nos documentos como fazenda Boa Esperança do Água Pehy (LEITE,1998). Produto de disputas, jogadas e manobras de todo tipo para regularizar essas terras, transmissões e reconhecimentos de propriedade negados, renegociados, subornos, adulteração de assinaturas, grilagem propriamente ditas (emissão de títulos de propriedade falsos).

Enfim no vai e vem dessa rica trama de trapaças, negociatas, genocídio das comunidades indígenas Kaigangs e Caiuás, de grilagem, de posses ilegais, de apropriação do patrimônio público, da devastação da vegetação nativa de Mata Atlântica, permanece até hoje grande parte dos problemas não resolvidos desde o final do século XIX, sobretudo após a lei de terras de 1850, as façanhas para legitimação das posses (LEITE, 1998).

Em meio a essa turbulenta história para legalizar as terras griladas do Pontal, para mercantilizá-las, o coronel Manuel Pereira Goulart, que depois de muitas insistências, subornos e maracutaias, em 1908 negociou 1/3 das terras da Pirapó-Santo Anastácio, e o restante foi transferido para a Companhia dos Fazendeiros do Estado de São Paulo. Com a falência da Companhia, em 1927, o controle das terras passou para a Companhia Marcondes de Colonização, comandada pelo coronel José Soares

Marcondes, que iniciou suas atividades na Alta Sorocabana em 1919, como simples agente de negócios, e trabalhava para o Dr. Amador Nogueira Cobra, proprietário da fazenda Montalvão (ANTONIO, 1984). O restante da Pirapó-Santo Anastácio foi vendido para Cia Imobiliária Agrícola Sul Americana, sendo que todas as transações foram consideradas ilegais.

É importante notar que a Vila Goulart (1917) e a Vila Marcondes (1919), juntamente com a chegada da ferrovia, que deram origem a Presidente Prudente (1921), representavam

exatamente o controle territorial dos dois coronéis. Mas nesse meio tempo, em 1930, alguns *grilos-filhos* foram regularizados de parte das terras da Pirapó-Santo Anastácio, e dessa

forma deu início ao fatiamento da fazenda que foram legalizados, o mesmo acontecendo com a fazenda Boa Esperança do Aguapehy ou Rio do Peixe, que antes da aprovação da sua legitimação teve alguns lotes vendidos, o que ampliou a escala dos conflitos e das disputas. (CLEPS, 1990). Um deles (*grilos-filhos*), egresso da Pirapó-Santo Anastácio, a fazenda Rebojo, que foi loteada pelo menos quatro vezes deu origem a um conflito de grande magnitude entre parceiros, arrendatários e o latifundiário/grileiro, e só terminou com a

desapropriação da fazenda em março de 1964, por João Goulart. Uma forma que o governador do estado, à época professor Fernando Costa, de proteger o pouco ainda que restava de terras decididamente devolutas no Pontal deu-se por meio da criação das reservas florestais Lagoa São Paulo, Reserva do Pontal do Paranapanema e do Morro do Diabo, com 297.400 hectares; sendo que hoje só restam os 6.500 hectares do Morro do Diabo, e o restante foi quase que totalmente *devorado* pela grilagem, desmatamento, pastagens e agora cana-de-açúcar.

*Das reservas florestais Lagoa São Paulo, Reserva do Pontal do Paranapanema e do Morro do Diabo, com 297.400 hectares; sendo que hoje só restam os 6.500 hectares do Morro do Diabo, e o restante foi quase que totalmente devorado pela grilagem, desmatamento, pastagens e agora cana-de-açúcar.*

O interesse das terras pelos cafeicultores colidia com os especuladores, mas os negócios com o fatiamento das fazendas começou a render muitos dividendos

exatamente com o avanço do café e a estrada de ferro (ABREU, 1972). Foi dessa maneira que a Cia Marcondes de Colonização, de empregado passou a comerciar terras próprias e se beneficiou com a euforia dos negócios da lavoura de café, e com as demais empresas colonizadoras que também se lançaram ao mesmo trabalho de colonizar o Oeste de São Paulo, mas dependiam de informações, auxílio técnico etc. (ABREU, 1972).

Um campo de disputas entre os coronéis José Soares Marcondes e Manoel

Goulart nunca escondeu os negócios espúrios e a grilagem das terras que desde o início da colonização acompanha as operações de venda e compra.

É importante lembrar que a participação da sociedade regional em meio a esse processo de legitimação de grilagem de terras era muito tênue, reservando-se a alguns políticos, pessoas esclarecidas, e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), mesmo proibida de atuar por ordem expressa do Bispo Diocesano D. Antonio Agostinho Marochi.

Mandados de segurança e ações populares para frear a “bandalheira” foram restritas e reinou durante muitos anos as facilidades das resoluções favoráveis da justiça, sobretudo nos casos que os conflitos eram menos complexos.

No entanto, foi sendo gestado no interior da sociedade hegemônica por grileiros/latifundiários/pecuaristas e as grandes empresas da construção civil que atuavam na região na construção das hidrelétricas de Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera, um conjunto de trabalhadores, migrantes que na sua grande maioria, que foram sendo pouco a pouco excluídos com o término da obra civil e sem emprego e sem para onde ir, tornaram-se os sem terra do início dos anos 1980. É impossível dissociar a concentração fundiária das lutas de resistência e das ocupações de terras quando abordamos a história do Pontal do Paranapanema e, conseqüentemente,

ignorar os problemas políticos em torno da questão agrária, cada vez mais viva, mais emergente, que, aliás, é o retrato do Brasil.

Depois das inúmeras reivindicações dos trabalhadores junto às autoridades (prefeito, Igreja, vereadores, sindicato etc.), no dia 15 de novembro de 1983 ocorreu a ocupação das fazendas Tucano e Rosanela, por aproximadamente 350 famílias, de “propriedade” da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial Agropastoril. Depois do ganho de causa em primeira instância e a perda no Tribunal de Justiça, com isso as famílias foram despojadas e montaram acampamento à beira da estrada SP-613. Somente em março de 1984 o governador Montoro assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 ha e assentou 466 famílias. As sucessivas tentativas de despejo desarticularam a organização dos trabalhadores, todavia criou-se uma liderança

A sucessão das lutas dos trabalhadores, com as ocupações, como a Água Sumida, em 1985 (Teodoro Sampaio), resultando em assentamento em 1988, Areia branca, em 1988 (Marabá Paulista) e os demais acampamentos, ganhou nova configuração com a atuação do MST no Pontal do Paranapanema, a partir de julho de 1990, com a ocupação da fazenda Nova do Pontal no dia 14, com a presença de 700 famílias (Rosana). Depois de despejadas, as famílias foram ameaçadas

por jagunços contratados diretamente pelos fazendeiros para que evacuassem a área, todavia 450 famílias resistiram às margens da rodovia SP-613 e retornaram aos barracos do então acampamento Nova do Pontal, depois João Batista da Silva. A partir dessa base conseguiram ocupar o latifúndio por exploração Fazenda São Bento, do grileiro Antonio Sandoval Neto (ex-prefeito de Presidente Prudente, e um dos maiores grileiros do Pontal). Depois de várias ocupações e despejos, em 1991 247 famílias tiveram acesso aos lotes da São Bento, mas logo em seguida essa ação foi revogada.

Em meio às disputas, tensionamentos e enfrentamentos de toda ordem desde os tribunais, ocupações de terras, de prédios públicos, marchas e a violência física patrocinada pelos grupos armados a mando dos grileiros, perseguições, é que os assentamentos rurais, por meio das ocupações organizadas pelo MST e também pelas demais organizações que se formaram produto de dissidências, mesmo contando com poucos recursos e inconstantes, tampouco política agrícola específica e sem planejamento prévio afinado aos períodos de plantio, tratos culturais e colheita, têm mudado a qualidade de vida dos assentados. As famílias em geral conquistaram melhorias, todavia os sinais de abandono por parte do poder público (estadual e federal) são visíveis, desde a ausência de recursos

financeiros, apoio técnico etc. Entretanto, a qualidade da sociabilidade e a quantidade das relações de troca com os moradores dos municípios circundantes e com isso tem acionado novos circuitos geradores de renda. Desde os alimentos mais baratos e em melhor qualidade que chegam para os consumidores urbanos quanto os fluxos e a intensidade das trocas nos pequenos pontos de comércio (bazares, mercadinhos, mercearias) também ganham destaque, inclusive com esquema de traslado previamente combinado para os dias de compra e entrega dos mantimentos.

Os estudos tardam a mostrar a ampliação desse processo, mas é possível tomar alguns exemplos já disponíveis e ilustrar que os assentamentos estão mudando a cara do Pontal do Paranapanema: os impactos dos assentamentos nos municípios de Mirante do Paranapanema (Barbosa, 2002), Teodoro Sampaio (LEAL, 2004), Piquerobi, Caiuá e Presidente Venceslau (MAZZINI, 2007); Euclides da Cunha Paulista e Rosana (SOUZA, 2007). Apesar das amostras não cobrirem número expressivo das relações de troca, da magnitude dos fluxos e dos aportes de renda, são extremamente positivos. Os empregos urbanos também compõem esse novo elemento da realidade social do trabalho no Pontal do Paranapanema, assunto que será objeto de pesquisa nos próximos meses, sob nossa orientação.

Os sinais evidentes de sucesso dos assentamentos são ofuscados de um lado, pela ausência de projetos duradouros e que tenham na sua ossatura a reforma agrária, ampla e massiva nas terras improdutivas, devolutas e que faça valer os dispositivos constitucionais da função social da propriedade da terra. E por outro o total descaso por parte dos setores dominantes e formadores de opinião que hegemonizam o poder político-econômico no Pontal do Paranapanema, a começar pelos latifundiários, políticos apaniguados, e em diversas situações o judiciário.

Em reação a isso os assentados e os movimentos sociais, particularmente o MST e o MAST, que protagonizam esse processo revelam e reivindicam e denunciam além do passivo social que os latifundiários têm com a sociedade em geral e com os trabalhadores sem terra em particular, o passivo ambiental, pois o ritmo acelerado do desmatamento para territorializar a pecuária extensiva, o abandono das terras, a ausência de manejo e tratos adequados têm produzido efeitos desastrosos às terras, às nascentes, aos corpos d'água, assoreamento dos rios, o

que em conjunto impacta a fertilidade natural e em vários processos erosivos de grande magnitude e de desertificação.

De forma oportuna o capital se apropriou dessa avaliação pública dos movimentos sociais, inclusive numa oportunidade específica um empresário do grupo Carolo, que à época investia na aquisição da Destilaria Bela Vista e na implantação de outra planta agroprocessadora, disse: “como argumentam os trabalhadores, nós precisamos fazer das pastagens degradadas áreas produtivas, e a cana-de-açúcar é a alternativa ideal”.

Estava implícito nessa avaliação que o capital se apresentava para *salvar a lavoura*, aplicar o tratamento correto e os procedimentos técnicos adequados, tais como os terraços embutidos, para recuperar as terras com o intuito de viabilizar a expansão do plantio da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, sendo, pois, essa possibilidade mais oportuna para apostar no desenvolvimento econômico e na ampliação da oferta de empregos numa região sufocada por presídios e elevados índices de trabalhadores desempregados.

Apesar de contar com empresas agroindustriais canavieiras implantadas desde a 2ª etapa do Proálcool, em 1980/1981, o Pontal do Paranapanema não ocupava lugar de destaque nesse ramo de atividade agroindustrial. (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Temos claro, todavia, que, apesar de o elemento econômico para o capital ser essencial, os aspectos estratégicos associados aos interesses de classe, tais como a legitimação das terras devolutas e improdutivas, bem como o desmonte dos assentamentos e atuações mais incisivas junto aos acampamentos (acampados) e as principais lideranças dos movimentos sociais. Coibir, emperrar e utilizar de outros instrumentos aliados aos preceitos da justiça como criminalizar têm sido frequentemente utilizados, pois tanto os capitalistas agroindustriais canavieiros quanto os latifundiários/grileiros têm demandantes para as terras griladas e invadidas, ou seja, os trabalhadores sem terra, desejam acesso à terra para viver e plantar, mas em contrapartida está valendo o desejo do capital, em transformar o Pontal do Paranapanema um *mar de cana*, para utilizar uma expressão já conhecida, para caracterizar os malefícios da monocultura.

*Numa oportunidade específica um empresário do grupo Carolo, que à época investia na aquisição da Destilaria Bela Vista e na implantação de outra planta agroprocessadora, disse: “como argumentam os trabalhadores, nós precisamos fazer das pastagens degradadas áreas produtivas, e a cana-de-açúcar é a alternativa ideal”.*

O aparente oportunismo desse processo protagonizado pelo capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema tem em primeiro plano e em seu fundamento central viabilizar o projeto de classe burguês, de fazer da submissão, dominação, exploração, do trabalho e dos mecanismos especulativos os vetores da acumulação de capital.

Esse é o aspecto central em torno do qual está sediado o conflito social no Pontal, antes somente pelo acesso às terras griladas, agora, além disso, passa a compor

a equação da luta de classes a burguesia agroindustrial ou o agronegócio canavieiro, somando força com os latifundiários/pecuaristas.

Por isso é importante repor em discussão o fato de que o

avanço dos canaviais para o Oeste de São Paulo, em particular para o Pontal não está colidindo com os interesses dos pecuaristas, uma vez que se estabelece entre as partes a mediação do pagamento da renda da terra e para os pecuaristas que efetivamente apostam nessa atividade há como se manter. Apenas nas situações onde haja coincidência das pastagens degradadas, terras improdutivas em perímetro com pendências jurídicas (normalmente vinculados à UDR), aí sim o

capital além de beneficiar-se dos baixos preços do arrendamento, está também legitimando o uso produtivo da terra e garantindo prioridade na compra, antes que seja aventada qualquer proposta de destinação para assentamentos rurais. Em caso de ocorrência desse objetivo retardaria ainda mais o processo de arrecadação, legitimação ou outra ação em tramitação.

Nesse vale tudo são cada vez mais freqüentes as denúncias de desmatamento, incêndios criminosos de bosques e de pastagens em áreas de preservação permanentes (APP), de reserva legal (RL).

Os argumentos que se valeram e que ainda motiva o capital agroindustrial canavieiro, inclusive por meio dos seus porta vozes como UDOP e UNICA, é de que as pastagens degradadas do Oeste de São Paulo estariam sendo substituídas pelas práticas mais modernas e tecnicamente mais recomendáveis, pois a cana-de-açúcar é a saída sustentável para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, ainda mais por tratar-se de objetivos voltados à produção de combustíveis renováveis, no caso o álcool etílico.

É importante destacar a peculiaridade do processo destrutivo de expansão da lavoura canavieira e das plantas processadoras, pois desgraçadamente segue os mesmos fundamentos da experiência quinhentista de depredação da natureza e do meio ambiente, com o diferencial da

rapidez com que um talhão é desflorestado, ou que seja alvo de dessecamento, queimado e em seguida tombado e já preparado para plantio. Essa é a velocidade requerida e implementada pelo capital para não correr riscos com as ações de fiscalização dos órgãos competentes, e não despertar reação na sociedade, sobretudo nos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra.

A intensidade desse processo de expansão dos canais para o Pontal do Paranapanema podem ser dimensionados diante de alguns indicadores: 1) com base nas informações do LUPA, em 1995/96 haviam 62.239 hectares com cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, já em 2007/2008 260.132 hectares e se extraímos as informações a partir da interpretação das imagens de satélite, de recente estudo que realizamos<sup>2</sup>, em 2002 haviam 70.305 hectares e em 2007/2008 342.500 hectares; 2) a ampliação do número de plantas agroprocessadoras atualmente 9 em operação e uma em construção; 3) participação de grandes grupos empresariais, tais como Odebrecht, com duas unidades (Destilaria Alcídia) e usina Nova Conquista do Pontal (em construção); 4) participação do capital estrangeiro, como a Sojtz/ETH, o grupo norueguês Bioful As, com duas plantas (Paranapanema I e II); 5) apenas para comparar os efetivos de produção das três

---

<sup>2</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

últimas safras 2006/07 (5.805.189 toneladas), 2007/08 (5.903.223 toneladas), 2008/2009 (7.200.000 toneladas), já se percebe os reflexos da ampliação da área plantada, todavia os efeitos serão maiores na safra 2009/10, com previsão de 9.300.000 a 10.000.000 toneladas.

Mas há outras faces da aliança latifúndio/capital agroindustrial canavieiro que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que fortalece o agronegócio fragiliza os trabalhadores.

O primeiro registro revela a atração dos camponeses ao circuito produtor de cana-de-açúcar via o Programa de Integração Rural do Banco do Brasil denominado *BB-Convir*, com o aval do Itesp, por meio da Portaria 77, de 2004, que permite o cultivo de culturas para fins de processamento industrial até determinados limites pré-estabelecidos do lote. Das pesquisas retiramos algumas compreensões desse processo e o que chama atenção é que o capital, no caso, a Destilaria Alcídia se beneficia do ponto de vista econômico porque ao ser avalista dos R\$18.000,00 que os assentados que participam do Programa têm direito, via Pronaf-D, também se responsabiliza pelos pagamentos respectivos à produção da cana no lote. Mas o capital se beneficia também porque controla o processo desde o corte, medição, carregamento, transporte, pesagem na balança, fixação do preço/tonelada, e aos camponeses fica a

desconfiança e a certeza dos prejuízos com essa desastrosa alternativa de renda. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Os camponeses não têm controle dos custos e gastos, portanto dos pagamentos ou o que deveriam receber da Destilaria Alcídia com base nas sobras após o desconto de 50%, 30%, 20%, do valor do empréstimo total R\$18.000,00, respectivamente às 3 safras subsequentes (2005/06, 2006/07, 2007/08). Poucos obtiveram ganhos bem abaixo do esperado e a maioria não obteve ganhos, sendo que com base na contabilidade da Destilaria Alcídia estão endividados com a empresa. Envolver os camponeses (125 ao todo) e os assentamentos (Alcídia da Gata, Laudenor de Souza, Santa Cruz da Alcídia Vô Tônico, Santa Zélia, Santa Terezinha da Alcídia, Gleba XV de Novembro) no plantio da cana-de-açúcar, apesar dos ganhos econômicos constatados para o capital, ele os amarra à sua dinâmica ou o que é o mesmo desestrutura sua existência à base do trabalho familiar para mantê-los controlados.

E é por isso que os ganhos políticos devem ser destacados, pois é pré-condição para legitimar as terras devolutas e/ou com pendências jurídicas que circundam os assentamentos e respondem por aproximadamente metade de toda a matéria prima moída. (THOMAZ JUNIOR, 2009.).

Outro registro que apimenta a Geografia do conflito pela posse da terra no Pontal, também inscrito no interior da questão dos agrocombustíveis é que secundariza a reforma agrária como projeto político. Secundariza, pois, diante do quadro político no âmbito da luta pela terra no Pontal parte dos movimentos sociais está envolvida diretamente, ocupa terra, todavia participam do Programa Nacional do Biodiesel. A começar pela dissidência do MST no Pontal, liderada por José Rainha Junior, que controla a Federação dos Assentados do Pontal, mais o MAST e as agremiações a ele vinculados.

Esses setores entendem que o plantio de oleaginosas como mamona, pinhão-manso, girassol, pode significar a autonomia econômica dos assentados, pois consideram que a produção de biodiesel tem mercado certo. Se esquecem que ao apostarem no biodiesel estão apostando na integração junto às empresas que farão a mistura do óleo ao álcool etílico e também em todo o sistema de produção da cana-de-açúcar fundado na monocultura, nos mecanismos concentracionistas de terra, renda, capital, excludente socialmente e insustentável do ponto de vista ambiental etc. Mas esse assunto ganha novos elementos com a entrada em cena dos STRs afiliados diretamente à FETAESP, que também querem marcar posição junto aos pequenos produtores familiares ou pequenos empresários rurais, como gostam

de ser chamados, e beneficiar-se dos financiamentos do PNB, e cultivar oleaginosas, nesse caso, defendem o girassol e a soja nos locais que a cultura responder com produtividade.

Este segmento defende abertamente a integração como saída para o pequeno produtor rural, todavia estão totalmente fora dos processos de luta pela terra, e têm a reforma agrária como algo superado e não tomam partido na resolução das pendências jurídicas das terras, nos conflitos territoriais como projeto político.

Diante do quadro político atual no âmbito da luta pela terra no Pontal, a reforma agrária associada ao questionamento das terras griladas, improdutivas e referenciada à produção com base na policultura, próximo ao que defende o MST, e na íntegra um Pontal livre do latifúndio. Também se reafirma a negativa à prática da integração aos moldes do *BB-Convir*, ou dos vínculos à produção de oleaginosas para alimentar a cadeia dos agrocombustíveis à base do esquema conhecido.

Em meio a esse processo de expansão do agronegócio canavieiro no Pontal está se registrando impactos negativos marcantes para a luta pela terra. A ausência de políticas públicas que estimulem concretamente a produção de alimentos, o endividamento de parte dos assentados, a inexpressiva política de assentamentos do governo federal, a letargia do Itesp na

operacionalização jurídica dos processos e no assessoramento técnico, a imobilidade da Cocamp – sem nunca ter funcionado e repleta de dívidas e pendências judiciais –, deixa as portas abertas para as ações do capital se beneficiar das fragilidades das organizações, do empobrecimento dos camponeses e dos bolsões de desempregados.

Tudo isso expressa nas ações concretas dos movimentos, quanto às ocupações de terra em 2006 (65), 2007 (42), 2008 (34) (ITESP, 2009). Em 2008 apenas o assentamento Dona Carmen, localizado no município de Mirante do Paranapanema foi consolidado, depois de 5 anos de acampamento.

Ao mesmo tempo em que o capital se consolida e que as lutas de resistência dos trabalhadores, apesar de fragilizadas, indicam que o tecido social também se complexifica, o que faz com que a luta pela terra ou os conflitos que a envolve ganhem novos elementos. Como sabemos o expansionismo do agronegócio para o Pontal mobilizou um conjunto diverso e amplo de trabalhadores para o corte da cana, tais como desempregados urbanos, acampados, assentados, e um contingente expressivo de migrantes do Norte-Nordeste do país, originários do Maranhão, inclusive das áreas de expansão

das pastagens que foram “empurradas” pela cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. Mesmo que uma parte significativa desses migrantes seja na origem posseiros, camponeses com pouca terra, extrativistas, estão migrando com as famílias e segundo informações iniciais das pesquisas, estão permanecendo na região após a safra. Esse contingente expressivo de trabalhadores são potenciais demandantes de terra, e poderão engrossar as fileiras dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra.

*Ao mesmo tempo em que o capital se consolida e que as lutas de resistência dos trabalhadores, apesar de fragilizadas, indicam que o tecido social também se complexifica, o que faz com que a luta pela terra ou os conflitos que a envolve ganhem novos elementos.*

Esse movimento contraditório de avanço do agronegócio canavieiro no Brasil deverá colocar novos elementos ao conflito pela terra e não a consagração do formato único do agronegócio.

Mas para tanto a reforma agrária não deverá ser uma luta restrita aos trabalhadores envolvidos na lavra rural (assentados, acampados, camponeses, migrantes, assalariados rurais), mas sim que se componha dos setores que defendem o acesso democrático às terras no Pontal. Assim, de preferência pela reforma agrária, mas também a política de assentamento reflete o conflito de classe e é a possibilidade de diminuir a miséria, a fome, a exclusão e garantir para a maioria dos trabalhadores acesso a alimentação,

educação, saúde e construir paralelamente os pilares para a soberania alimentar.

Assim, mesmo admitindo que a luta pela terra e pela reforma agrária e a soberania alimentar não são entendidas como um fim em si mesmas, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo nos países latino-americanos e europeus, principalmente onde a Via Campesina tem atuado de forma mais contundente desde esse prisma. Mas, é importante assinalar que, no Brasil, esse assunto apenas dá os primeiros passos e se faz presente ainda de forma secundária, nas discussões e debates, no âmbito dos movimentos sociais e das atividades específicas dos trabalhadores.

Os resultados alcançados na Guatemala, Equador, Nicarágua, México e em alguns países europeus, como Espanha, Portugal, Itália e algumas regiões da França, têm demonstrado a amplitude que esse processo já começa a evidenciar nas reivindicações próprias do campesinato. Ou seja, o somatório de forças e a *plasmagem* de interesses solidários fazem transparecer a garantia das terras de trabalho para os camponeses e de “um mundo rural vivo”, garantia de abastecimento de produtos saudáveis e

vinculados a uma malha espacial de pequena abrangência ou de proximidade entre produção e consumo. Essas experiências deixam clara a força dos movimentos sociais, cujos enfrentamentos convergem para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico.

É necessário apostar num outro formato organizacional para o agrário, sob o foco de um projeto de desenvolvimento rural que seja capaz de priorizar a dimensão agrícola da terra. Isto é, à base da organização familiar camponesa, portanto de outro formato e referencial de utilização da terra e realizar ações para romper com a estrutura de poder.

Com isso quero afirmar que esse modelo de sociedade não está condenado ao insucesso somente no que tem a ver com o monopólio das terras, com a grilagem, com a produção de alimentos. Os trabalhadores são alvo da exploração e os demais mecanismos de subordinação que sem muito esforço do capital chega às raízes da escravidão.

É hora de transformações, é o momento para essa chamada de atenção. Faz-se necessário construir outra sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**. Presidente prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ANTÔNIO, A. P. **Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado**: os exemplos da Alta Sorocabana no período 1960 -1990. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CLEPS, Jr. J. **O Pontal do Paranapanema Paulista**: A incorporação Regional da Periferia do Café. Rio Claro, 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

LEAL, G. M. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio (SP)**. 176p. (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP)**: Uma Política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 320p. (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SOUZA, S. P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas**: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio (SP). 175p. (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 500p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SOUZA, S. M. R. **O MST entre o fato e a notícia**. (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

#### **Informações bibliográficas:**

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

THOMAZ JR, Antonio. NOVA FACE DO CONFLITO PELA POSSE DA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: Estratégia de Classe entre Latifúndio e Capital Agroindustrial Canavieiro. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/01thomaz.pdf>>. Acesso em: \_\_.\_\_.20\_\_.